

NOVEMBRO 2025

MANIFESTO SEBRAE COP30

**Por um desenvolvimento
climático socioeconômico
justo centrado nos
pequenos negócios**

SUMÁRIO

Mensagem à COP30	3
Jornada até a COP30	4
O que os pequenos negócios tem a dizer	5
Diretrizes	6
Eixos	7
Conclusão	18
Agradecimentos	19
Referencial Bibliográfico	21
Anexo	23

MENSAGEM À COP30: LEMBREM DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Às lideranças mundiais, representantes da sociedade civil e autoridades presentes na conferência

O Sebrae, instituição dedicada à defesa das causas dos pequenos negócios brasileiros, apresenta este manifesto como um chamado inadiável para a inclusão efetiva das micro e pequenas empresas e do Sul Global nos debates e decisões sobre políticas climáticas.

Historicamente, os acordos internacionais sobre mudanças climáticas têm sub-representado os interesses das micro e pequenas empresas, especialmente aquelas situadas em países subtropicais, cujas realidades, saberes e potencialidades são frequentemente ignorados em favor de soluções universais e centralizadas.

Acreditamos que o enfrentamento das mudanças climáticas exige uma estratégia de desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, climática e socioecononomicamente justa. Para o Brasil, isso significa reconhecer que os pequenos negócios são o coração da economia local por meio das suas relações com a comunidade, território, instituições públicas e o associativismo.

Os pequenos negócios estão presentes em todo o país e nos setores mais importantes da economia, são 96% das empresas

brasileiras; 26,5% do PIB do país; 41% da massa salarial e 77% dos empregos criados (2025).¹ Nenhuma instituição brasileira além do Sebrae tem a mesma capilaridade e proximidade com os pequenos negócios e com as diversidades brasileiras. Em cada município, o Sebrae atua como ponte entre empreendedores e empreendedoras, governos locais e sociedade civil. Este manifesto é resultado dessa experiência acumulada.

Convidamos todas as pessoas presentes a se somarem a esse movimento, um convite a transformar a COP30 em Belém em marco histórico: o momento em que o Brasil apresenta ao mundo uma rota mais generosa, mais promissora, mais inclusiva e mais "tropical" para superar a crise climática do planeta.

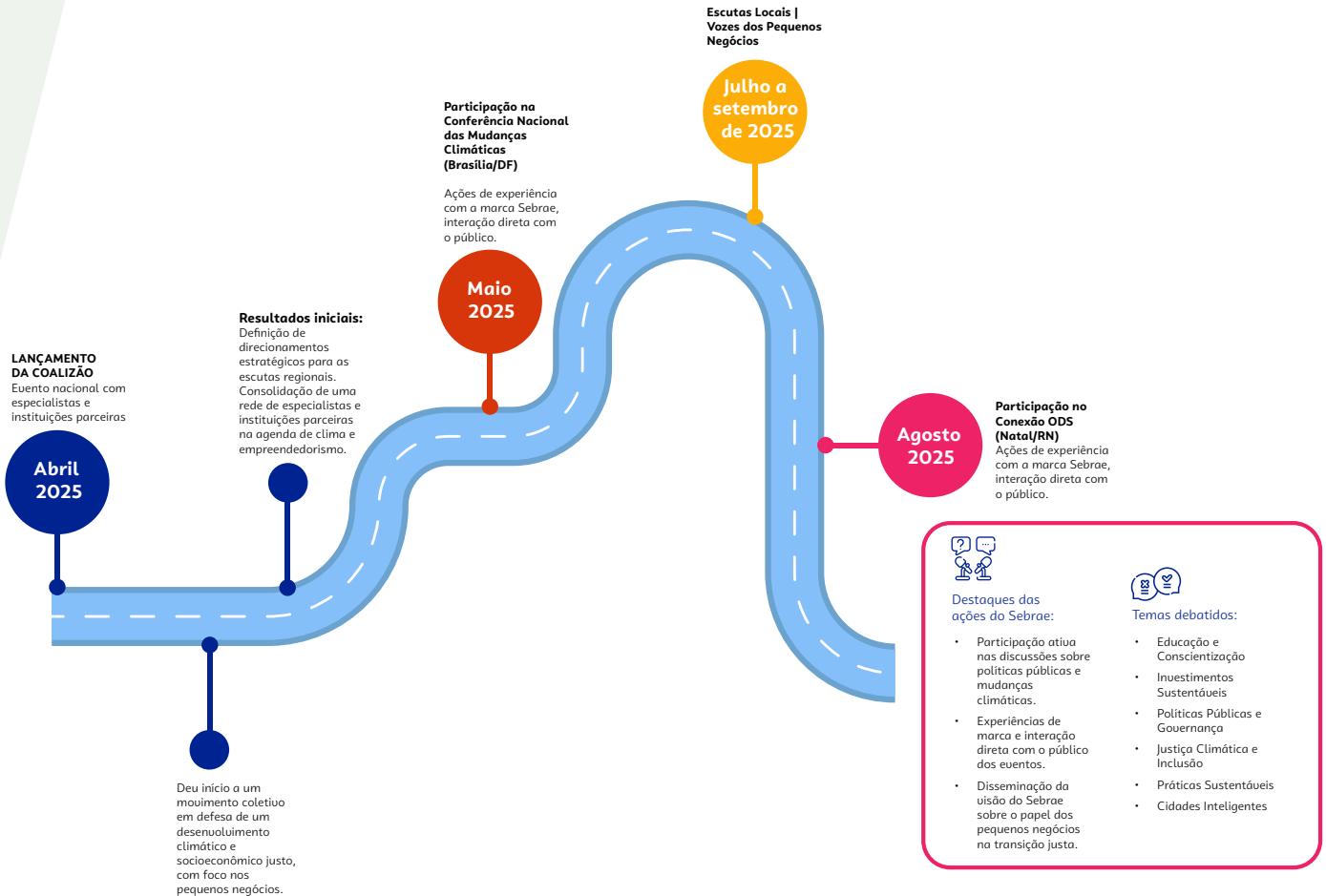
Décio Lima

Diretor Presidente do Sebrae Nacional



¹Pesquisa Dia do Empreendedor, disponível em https://databasebrae.com.br/wp-content/uploads/2025/10/dia-empreendedor-out-2025_v6.pdf.pdf, acesso em 23/10/2025.

JORNADA ATÉ A COP30



Achados preliminares dos diálogos com especialistas:



Turismo de Base Comunitária (TBC):

- Preserva especificidades socioculturais e ambientais.
- Gera renda local e autonomia territorial.



Para a consolidação do modelo, recomenda-se:

- Investimentos em infraestrutura e políticas públicas básicas;
- Fortalecimento de instituições comprometidas com cultura e meio ambiente;
- Parcerias estratégicas com agentes econômicos.



Pequenos Negócios e Serviços Ambientais

- Enfrentam barreiras para acessar reconhecimento e crédito sustentável.
- Informalidade e falta de regulamentação dificultam recuperação pós-desastres.

Apesar dos desafios, emergem práticas resilientes, lideradas por mulheres e populações tradicionais, que demonstram inovação com poucos recursos.

O QUE OS PEQUENOS NEGÓCIOS TÊM A DIZER

As mudanças climáticas afetam a cadeia produtiva como um todo. Até o pão da padaria é impactado.

Aqui está chovendo assim do nada... as marisqueiras, dependendo dos dias de chuva, elas não vão para a maré, ficam sem pescar.

Quando chove, fico em sinal de alerta. Minha esposa entra em pânico. É um trauma coletivo.

Acredito que as políticas públicas deveriam ser mais atuantes no sentido de trabalhar remunerando para que você mantenha a sua árvore em pé. Cuidar do seu ecossistema, da sua floresta, dos seus cursos de água.

DIRETRIZES

As ações para um Desenvolvimento Climático Socioeconômico Justo Centrado nos Pequenos Negócios são diversas, porém alinhadas na mesma direção ao longo do tempo. A direção a seguir é caracterizada por três diretrizes predominantes:

Verde como valor

É fundamental compreender o “verde” - ou a transição verde no país - não como restrição, mas como oportunidade. Verde, na agenda climática global, não é apenas um custo ou um dever moral. É, sobretudo, **um valor econômico e social**, capaz de incorporar e reconhecer atributos sociais e culturais diversos. Verde, em outras palavras, **é fonte de competitividade, identidade e inovação**.

O Brasil já possui exemplos concretos dessa integração: cadeia de valor que combinam preservação florestal e geração de renda; comunidades tradicionais que transformam saberes em negócios sustentáveis; agricultores familiares que adotam práticas de baixo carbono e regenerativas, aumentando produtividade e reduzindo impacto ambiental. Esses e outros casos demonstram que sustentabilidade não é obstáculo, mas caminho.

Clima como desenvolvimento

Nas últimas décadas, a agenda climática foi confinada a uma falsa dicotomia: reduzir emissões ou gerar crescimento. Para o mundo, essa escolha é contraditória; para o Brasil, ela é inaceitável. Um país com desigualdades profundas não pode abrir mão do seu direito ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, um país que concentra a maior biodiversidade do mundo não pode renunciar à responsabilidade ambiental e climática.

O caminho correto está em compreender o desafio climático como alavanca de desenvolvimento: projetos de energia renovável que geram empregos locais, obras de adaptação que fortalecem a infraestrutura urbana, inovações agrícolas que aumentam produtividade sem ampliar a fronteira de desmatamento, inclusão de pequenos negócios nas cadeias de valor de baixo carbono e regenerativas e outras soluções. Não há justiça climática sem justiça econômica, nem justiça econômica sem diálogo com a comunidade.

Território como base

A agenda climática nasceu, historicamente, de cima para baixo. Tratados internacionais definiram metas. Gouvernos nacionais assumiram compromissos. Mas, ao longo dos anos, tornou-se evidente a dificuldade de transformar essas metas em realidade concreta.

É no território que os compromissos climáticos tocam o chão da realidade. Reconhecer o território como base para a ação climática significa dar protagonismo aos municípios, estimular governança federativa cooperativa e reconhecer que a agenda climática precisa ser moldada pelas condições locais. Significa também mobilizar pequenos negócios, associações comunitárias, cooperativas e redes de inovação que já estão respondendo, de maneira criativa, ao imperativo climático.



EIXOS

A partir das três diretrizes apresentadas anteriormente, foram definidos eixos estratégicos e proposições que buscam responder aos desafios identificados pelos pequenos negócios diante das mudanças climáticas.

EIXO 01 – Desenvolvimento territorial integrado, articulando políticas climáticas a estratégias de inclusão produtiva, inovação e redução de desigualdades.

Nos últimos anos, tem avançado a compreensão de que o combate às mudanças climáticas também exige um olhar atento para a reconstrução produtiva e o desenvolvimento territorial. A agenda climática não pode ser pensada isolada da agenda de desenvolvimento regional, elas devem ser duas faces da mesma moeda no Brasil. Se bem conduzida, a agenda do clima pode ser o motor para corrigir desequilíbrios históricos do país. Uma agenda climática que impulse desenvolvimento regional terá nas micro e pequenas empresas suas aliadas.

Propostas prioritárias

1. Indicadores de Desenvolvimento Territorial Sustentável

Inaugurar conjunto padronizado de indicadores de desenvolvimento territorial, que

combine aspectos climáticos, ambientais e socioeconômicos. Hoje, o PIB per capita ou o IDH municipal são referências influentes, eventualmente combinados com outros indicadores, como desmatamento, para avaliar regiões e qualidade de vida local. Falta, contudo, uma métrica integrada que capture o desenvolvimento sustentável no território.

Proposta: Criação de Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IDTS), com abrangência nacional e capaz de combinar acesso a serviços básicos (energia limpa, água, esgoto, internet); diversificação econômica, geração local de empregos e valorização dos pequenos negócios; preservação ambiental e uso do solo; emissão per capita de GEE; vulnerabilidade a desastres (e capacidade adaptativa instalada); educação e inovação (ex: presença de instituições de ensino, extensão rural/urbana ativa, etc.).

Esse índice poderia ser desagregado em subíndices (econômico, social, ambiental, climático) para orientar políticas. Normas nacionais poderiam determinar que governos adotassem o IDTS para direcionar recursos – por exemplo, municípios com baixo IDTS poderiam ter prioridade em programas federais. Também serviria para monitorar se ações climáticas estão, de fato, resultando em desenvolvimento

local: espera-se, por exemplo, que com investimentos verdes o índice melhore ao longo do tempo.

O IDTS poderia ser complementado pela criação de observatórios de desenvolvimento sustentável regionais, retroalimentando dados para melhoria contínua dos indicadores. Em resumo, se "não se gerencia o que não se mede", a criação desses indicadores integrados permitiria gerenciar a transição climática com foco em desenvolvimento humano e territorial, não apenas em carbono ou em crescimento econômico isolado. Será possível celebrar, por exemplo, que certa região reduziu emissões, aumentou renda, democratizou ambiente produtivo e universalizou saneamento – o tipo de sucesso completo que devemos almejar.

2. Índice de Adaptação Territorial Inclusiva

Um dos desafios prioritários da política climática é transformar diagnósticos dispersos em instrumentos operacionais. Para isso, propõe-se a criação de Índice de Adaptação Territorial e Inclusiva, capaz de integrar dimensões climáticas (risco e vulnerabilidade) e socioeconômicas em cada parte dos territórios.

O fundamento é simples: os impactos da crise climática não se distribuem de forma

homogênea; recaem de maneira mais severa sobre grupos sociais vulneráveis – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres e populações periféricas urbanas – e sobre micro e pequenos empreendedores, cuja capacidade financeira e técnica de resposta é limitada.

O Brasil já deu o primeiro passo nesta direção: o programa AdaptaBrasil/INPE calcula risco climático a partir da combinação de ameaça, exposição e vulnerabilidade. Trata-se de um sistema avançado de monitoramento, mas que ainda deve amadurecer: a capacidade adaptativa social, institucional e produtiva aparece apenas como um componente parcial e não é integrada ao cálculo final de risco. Com isso, faltam mecanismos que expressem, de maneira sintética, a desigualdade real na capacidade de resposta dos municípios e territórios.

A Colômbia avançou neste ponto ao desenvolver o Índice Municipal de Risco Ajustado por Capacidades (IMRMC). Nele, o risco não é apenas somatório de ameaças físicas, mas é ajustado por variáveis institucionais e socioeconômicas locais, funcionando inclusivo como critério para priorização de recursos nacionais. Outros países, como França, Estados Unidos e Alemanha, já deram passos significativos nesta mesma direção, reunindo variáveis

ambientais e socioeconômicas no território como base para decisão.

Proposta: Criação de índice que concilie ciência climática, justiça social e inclusão produtiva. Cada município, neste caso, passaria a ter uma pontuação que refletisse tanto sua exposição ao risco climático quanto a resiliência social, comunitária e econômica de seus pequenos negócios – servindo de base para repasse de recursos, definição de prioridades e acompanhamento de políticas. Variáveis como raça, gênero, renda, perfil produtivo local e densidade de micro e pequenas empresas podem ser unidas à mensuração do risco na orientação de políticas de adaptação.

Ao reconhecer os pequenos negócios como unidade essencial de análise e resposta, o índice não apenas identifica vulnerabilidades, mas também orienta o desenho de instrumentos financeiros e de crédito que priorizem a recuperação rápida de economias locais após desastres climáticos.

3. Programa de Inovação Social para o Clima

Há uma sólida tradição de inovação social, com soluções como cisternas no semiárido, bancos comunitários, cooperativas de reciclagem, agroflorestas e arranjos produtivos solidários. Muitas dessas iniciati-

vas, originadas por comunidades e pequenos negócios, demonstraram eficácia local e ganharam escala quando apoiadas por políticas públicas. O desafio atual é consolidá-las como infraestrutura permanente de adaptação e transição ecológica, articuladas a uma estratégia nacional.

Proposta: Criação de Programa de Inovação Social para o Clima, estruturado em quatro pilares: (i) identificação de experiências locais bem-sucedidas, com prioridade para iniciativas lideradas por mulheres, povos tradicionais e outras minorias; (ii) fomento à inovação adaptativa, com estímulo a soluções de baixo custo e alto impacto, como irrigação resiliente, alertas comunitários e materiais sustentáveis; (iii) escalabilidade, por meio de instrumentos público-privados de financiamento; e (iv) institucionalização, incorporando a inovação social às políticas climáticas oficiais.

O programa visa garantir perenidade, escala e reconhecimento às soluções que emergem dos territórios, valorizando o saber prático e a criatividade local como pilares de uma transição justa e tropicalizada.

4. Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária

O Turismo de Base Comunitária (TBC) representa uma das expressões mais com-

pletas da economia sustentável e inclusiva. Trata-se de um modelo que combina preservação ambiental, valorização cultural e geração de renda local, fortalecendo a autonomia produtiva das comunidades e promovendo resiliência territorial frente às mudanças climáticas e econômicas.

Pousadas familiares, restaurantes locais, cooperativas de artesanato, guias e agroindústrias comunitárias compõem o núcleo de uma economia que une identidade, pertencimento e sustentabilidade. Além de criar oportunidades econômicas, o TBC tem papel social e emocional: reconstrói vínculos, reduz o sofrimento psíquico associado a perdas econômicas e ambientais e regenera o tecido social nos territórios mais vulneráveis.

Proposta:

1. Fomento e Crédito Verde Comunitário: Integrar o TBC às linhas de microfinanças sustentáveis previstas no Fundo de Microfinanças Verdes (Eixo 2), voltadas à infraestrutura ecológica, eficiência energética e adaptação climática de pequenos empreendimentos turísticos.

2. Certificação e Padrões Tropicais de Turismo Sustentável: desenvolver um selo nacional de turismo de base comunitária, alinhado aos Padrões Tropicais de Sustentabilidade (Eixo 3), para orientar compras públicas, crédito e promoção comercial.

3. Infraestrutura e Acesso Territorial Sustentável: Priorizar investimentos em infraestrutura ecológica e social – transporte, energia, saneamento, conectividade digital e equipamentos públicos – como base material para o turismo comunitário. O objetivo é reduzir desigualdades territoriais e permitir acesso digno e sustentável a regiões hoje isoladas do circuito econômico.

4. Capacitação e Governança Local: Estimular e fortalecer as instituições comunitárias de turismo, com capacitação técnica, educação ambiental e apoio à formalização de associações, cooperativas e redes regionais. Ao mesmo tempo, estimular relações comerciais equilibradas entre comunidades e redes consolidadas (hotéis, operadoras, plataformas), garantindo benefícios diretos aos territórios.

EIXO 02 - Financiamento

regionalizado e distribuído, para que recursos cheguem às comunidades que mais precisam e possam gerar impacto imediato.

O financiamento climático hoje não chega aos pequenos negócios de forma adequada. Esse apagão de crédito verde para os pequenos não é apenas uma questão de injustiça, mas também um erro estratégico: sem recursos para investir em tecnologias limpas, adaptação local ou melhorias de eficiência, milhões de empreendimentos permanecem incapazes de contribuir plenamente para a transição climática.

As pequenas empresas, em particular, costumam conviver com um "limbo de financiamento": são grandes demais para microcrédito tradicional, porém pequenas demais para atender às exigências de bancos e fundos climáticos internacionais.

Entendemos que toda iniciativa de financiamento deve ser articulada com mecanismos robustos de assistência técnica e apoio à gestão, assegurando que os recursos financeiros sejam convertidos em resultados produtivos, sociais e ambientais consistentes.

Além disso, iniciativas de financiamento devem priorizar territórios e setores com alto potencial de dinamização econômica e ambiental, articulando instrumentos financeiros a estratégias de desenvolvimento local integrado.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

1. Fundo de Microfinanças Verdes Microfinanças verdes ampliam o acesso ao crédito para quem mais precisa: um catador que investe em equipamentos de proteção, uma marisqueira que adota técnicas de cultivo resiliente, ou um pequeno comércio que instala sistema de captação de água da chuva. Milhares de microações que, somadas, geram impacto climático e social significativo.

Experiências similares, como linhas verdes em bancos de desenvolvimento locais, demonstram que pequenos empreendimentos têm capacidade de absorver crédito com baixa inadimplência, desde que acompanhados por orientação adequada.

Proposta: Criação de um fundo público – ou de parceria público-privada – **voltado exclusivamente ao microcrédito e financiamento de pequeno porte** para projetos sustentáveis. De abrangência Regional, o fundo operaria de forma descentralizada por meio de agências estaduais de fomento, cooperativas de crédito e fintechs locais.

O objetivo é viabilizar crédito para ações como eficiência energética, manejo sustentável da água, tratamento de resíduos, reflorestamento produtivo e agricultura de baixo carbono e rege-

nerativas. As condições seriam adaptadas à realidade das microfinanças: juros subsidiados, prazos compatíveis com o fluxo de caixa dos pequenos negócios e uso de garantias alternativas, como fundos garantidores.

2. Créditos de carbono municipais

O mercado de carbono atual concentra benefícios em grandes projetos, devido à alta complexidade técnica e aos rigorosos processos de certificação. Essa dinâmica exclui iniciativas locais que, embora relevantes para a mitigação das emissões, não conseguem atender aos padrões globais.

Para enfrentar esse desafio, é necessário adotar um padrão simplificado para créditos municipais, com metodologias adaptadas às características dos biomas do Sul Global. Esse modelo possibilita que os municípios registrem e certifiquem projetos de redução ou remoção de emissões, assegurando que parte da receita seja direcionada diretamente às comunidades envolvidas.

Com isso, os **créditos municipais** tornam-se um instrumento concreto para valorizar quem preserva e contribui para a mitigação das mudanças climáticas, democratizando o acesso ao mercado de carbono e fortalecendo a economia local.

Proposta: Criação de um arcabouço legal que **viabilize e estimule a geração de créditos de carbono** em nível municipal e comunitário, **integrando pequenos negócios e produtores locais**.

A proposta prevê modalidades simplificadas de projetos, como reflorestamento de pequenas propriedades, recuperação de áreas degradadas, compostagem, gestão de resíduos urbanos, energias renouáveis em consórcios municipais e agricultura regenerativa.

Além disso, a proposta permitiria que prefeituras emitissem créditos vinculados a políticas públicas – como a eliminação de lixões – gerando receita pela redução de gases do efeito estufa. Isso incluiria cidades menores e microempreendimentos na economia de baixo carbono, promovendo renda pela conservação ambiental.

3. Regime de Crédito Climático Emergencial para Desastres

Eventos climáticos extremos têm se tornado mais frequentes, atingindo micro e pequenos empreendedores, agricultores familiares e pescadores artesanais. Esses desastres causam perdas severas e colocam em risco a continuidade das atividades. Quando se perde tudo, não há garantias para oferecer, e a ausência

de mecanismos financeiros ágeis agrava ainda mais a vulnerabilidade, tornando inacessível o crédito tradicional.

Para garantir resposta rápida e eficaz, é fundamental criar instrumentos que assegurem recursos imediatos para reconstrução, reposição de estoques e manutenção das atividades econômicas.

Proposta: Regulamentação de Regime de Crédito Climático Emergencial para Desastres, estruturado em eixos complementares:

- **Crédito emergencial imediato:** Bancos públicos com autorização legal para disponibilizar crédito emergencial, rápido, de baixo custo e sem exigência de garantias reais, sempre que houver decreto oficial de calamidade ou emergência climática.

O objetivo é garantir acesso imediato a recursos para recuperação de estoques, reparos, capital de giro ou realocação de atividades por micro e pequenos empreendedores, agricultores familiares e pescadores artesanais.

- **Fundo Garantidor de Calamidades:** instituição de fundo garantidor capaz de cobrir até 100% do risco das operações em áreas afetadas. Diante da alta inadimplência e da ausência de garantias entre os empreendedores atingidos,

o fundo atuará como instrumento de segurança para os agentes financeiros, permitindo a concessão de crédito em escala e com agilidade.

4. Fundo Verde do Clima (GCF) e Sul Global

O Brasil deve liderar, na COP30, uma agenda de reforma institucional do Fundo Verde do Clima (GCF) e de outros mecanismos multilaterais de financiamento climático, com foco na ampliação do acesso dos países em desenvolvimento, especialmente em suas regiões mais vulneráveis.

Atualmente, o financiamento climático global **raramente alcança pequenos negócios e comunidades locais**, devido à complexidade técnica e às barreiras financeiras impostas pelos fundos internacionais.

Propostas:

- Criação de janelas específicas de financiamento de pequena escala, voltadas a projetos comunitários, cooperativas, municípios de pequeno porte e micro e pequenas empresas sustentáveis, com regras simplificadas, prazos reduzidos e apoio técnico direto;
- Credenciamento de entidades nacionais intermediárias, como bancos de desenvolvimento e agências públicas, com

mandato para agrupar e submeter projetos em blocos ao GCF, reduzindo custos de transação e ampliando o alcance territorial dos recursos;

- *Utilização de parte dos recursos do GCF como garantias (ex.: cobertura de perdas iniciais) para viabilizar pequenas emissões verdes comunitárias, desfratuvando o acesso ao capital por emissores locais; e*
- *Revisão dos critérios de seleção de projetos, priorizando territórios vulneráveis – como biomas florestais, áreas indígenas e periferias urbanas – e exigindo que parte dos recursos seja destinada a ações locais complementares.*

Essa proposta conecta a reforma das instituições financeiras multilaterais à estratégia brasileira de justiça climática territorial, posicionando a COP30 como um marco de transformação no acesso a recursos para a transição ecológica.

5. Seguro Climático Simplificado para “Territórios”

A mudança climática deixou de ser uma ameaça futura e já impactam o cotidiano da população. Em situações de calamidade, os pequenos negócios são os mais vulneráveis e enfrentam maior dificuldade de recuperação. Ao contrário

das grandes empresas, micro e pequenas empresas geralmente não possuem reservas financeiras, planos de continência ou seguros adequados. Dessa forma, um único evento extremo pode resultar em perdas de estoque, danos a equipamentos e paralisação prolongada das atividades, levando muitos à falência.

Oferecer apólices de baixo custo e contratação acessível, com cobertura para perdas causadas por eventos extremos como enchentes, vendavais, secas e granizo. Atualmente, mais de 90% dos prejuízos climáticos no Brasil não estão segurados, o que agrava a pobreza e dificulta a recuperação econômica pós-desastre.

O seguro climático tem efeitos coletivos: estabiliza a renda local, evita rupturas no comércio, reduz o risco de crédito e estimula a adoção de tecnologias que diminuem o risco e o custo do prêmio. Sua ampliação representa um avanço na proteção da renda comunitária, no acesso ao crédito e na promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios.

Proposta: Desenvolvimento, por meio de parceria público-privada, de um modelo de **seguro climático simplificado** voltado a micro e pequenas empresas,

agricultores familiares, pescadores artesanais e demais microempreendedores vulneráveis.

O modelo pode adotar o formato **paramétrico**, com indenizações automáticas baseadas em índices pré-definidos (ex.: volume de chuva acima de determinado limite), dispensando perícia tradicional e acelerando os pagamentos. Em regiões de alta vulnerabilidade, o seguro pode ser **subsidiado pelo poder público**, funcionando como uma "bolsa de resiliência".

A implementação deve considerar **sistemas de área**, e não propriedades individuais, seguindo exemplos internacionais como o programa indiano **PMFBY** – Pradhan Mantri Fasal Bima Yojana. A adoção pode começar por territórios mais vulneráveis, com expansão gradual conforme viabilidade e impacto.

EIXO 03 - Tropicalização das Métricas, para que padrões internacionais reconheçam especificidades e expectativas da realidade tropical.

PADRÕES TROPICAIS DE SUSTENTABILIDADE

1. Padrões Tropicais de Sustentabilidade

Os países tropicais enfrentam desafios únicos para conciliar desenvolvimento econômico e compromissos climáticos. A diversidade biológica, a dependência de atividades agroextrativistas e a vulnerabilidade a eventos extremos exigem soluções que considerem essas especi-

fidades. No entanto, os instrumentos globais de sustentabilidade nem sempre refletem essa realidade, criando barreiras e limitando oportunidades.

Nesse cenário, surge a necessidade de padrões que traduzam a riqueza ambiental e cultural dos trópicos em critérios justos e aplicáveis, capazes de fortalecer cadeias produtivas locais, atrair investimentos e ampliar a competitividade internacional. Padrões Tropicais de Sustentabilidade representam um passo estratégico para alinhar exigências globais à realidade tropical, garantindo inclusão, eficácia e valorização das vantagens comparativas desses territórios.

Proposta: Estabelecer **padrões técnicos de sustentabilidade ajustados às condições tropicais e às pequenas produções**, com a proposição de normas e selos específicos para agricultura tropical, construção civil adaptada ao clima, turismo sustentável e de base comunitária em ecossistemas tropicais e certificações florestais e extrativistas alinhadas à sociobiodiversidade dos territórios.

Esses padrões teriam validade legal interna, podendo ser utilizados em compras públicas sustentáveis e políticas de incentivo, além de servir como referência em acordos comerciais internacionais, garantindo reconhecimento e equivalência frente a certificações estrangeiras.

2. Reconhecimento de Saberes Tradicionais como Ativos Ambientais

A transição para uma economia verde não depende apenas de tecnologias avançadas, mas também do conhecimento acumulado por comunidades que há séculos manejam os recursos naturais de forma sustentável. Esses saberes tradicionais, aliados às práticas culturais locais, representam um patrimônio estratégico para enfrentar a crise climática e promover o uso responsável da biodiversidade.

Reconhecer esses conhecimentos como **ativos ambientais** significa incorporá-los às políticas públicas e aos mecanismos de valorização econômica, garantindo proteção jurídica e acesso a instrumentos de fomento. Essa abordagem fortalece a inclusão social, preserva a diversidade cultural e amplia a eficácia das soluções ambientais, transformando saberes ancestrais em pilares da sustentabilidade contemporânea.

Proposta: reconhecer os **conhecimentos tradicionais e práticas culturais locais como ativos verdes**, passíveis de proteção jurídica e incentivo financeiro. Na prática, políticas de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA poderiam remunerar comunidades tradicionais não apenas pela conservação de ecossistemas, mas também pela manutenção de saberes que sustentam a resiliência ecológica.

Esses saberes seriam reconhecidos como **patrimônio ecológico imaterial**, com possibilidade de registro, apoio por bolsas, prêmios ou contratos de PSA. A proposta inclui ainda a **inserção de representantes de povos e comunidades tradicionais, bem como dos catadores e catadoras de materiais recicláveis nos fóruns de governança climática**, assegurando que suas contribuições orientem normas técnicas e políticas públicas.

3. Selo “Justiça Climática”

A transição para uma economia de baixo carbono precisa ir além da redução de emissões: ela deve ser justa, inclusiva e capaz de gerar benefícios compartilhados. No entanto, os mecanismos atuais de certificação ambiental costumam focar apenas em aspectos técnicos, deixando de lado dimensões locais fundamentais para garantir equidade nas cadeias de valor.

Proposta: criação de um **selo internacional de certificação Justiça Climática**, com potencial de reconhecimento global, destinado a identificar produtos e empresas que conciliam desempenho climático positivo com justiça social e inclusão produtiva. Diferente dos selos ambientais convencionais, o Justiça Climática adotaria critérios multidimensionais: **redução ou compensação de emissões de GEE, valorização de trabalhadores e comunidades locais, e distribuição equitativa de benefícios econômicos ao longo da cadeia de valor.**

A certificação seria concedida por auditoria independente com a participação da sociedade civil na governança. O selo daria visibilidade a empreendimentos que já praticam a transição justa, especialmente nos setores de alimentos, moda, cosméticos, turismo de base comunitária e artesanato. Além de orientar o consumidor consciente, induziria melhorias nas cadeias de valor, estimulando grandes empresas a apoiar seus fornecedores menores.

Internacionalmente, o Brasil poderia propor o reconhecimento mútuo do selo em acordos comerciais, posicionando-o como equivalente a certificações de comércio justo e baixo carbono, com o diferencial de integrar as dimensões social e climática.



CONCLUSÃO

O Manifesto dos Pequenos Negócios na COP30 nasce do olhar do Brasil para o mundo, trazendo a experiência concreta de quem vive nos territórios e enfrenta, diariamente, os impactos das mudanças climáticas. Essa visão reafirma que a transição justa não é apenas um conceito, mas uma prática que já acontece, impulsionada pela criatividade, resiliência e solidariedade dos empreendedores brasileiros.

Os pequenos negócios no Brasil têm demonstrado, com criatividade e coragem, que é possível enfrentar os desafios das mudanças climáticas sem abrir mão da dignidade, da renda e da força empreendedora que movimenta os territórios. A partir da escuta ativa realizada pelo Sebrae, observamos que esses empreendedores não apenas reconhecem os impactos do clima em suas atividades, mas também já colocam em prática estratégias de adaptação e mitigação que revelam um profundo senso de coletividade, solidariedade e inovação.

Essas estratégias incluem a diversificação econômica reduzindo a dependência de produtos únicos e vulneráveis às variações climáticas. O turismo de base comunitária também surge como alternativa sustentável, valorizando a cultura local e os saberes tradicionais. Em momentos de escassez, os empreendedores buscam fontes complementares de renda, mostrando resiliência e capacidade de reinvenção.

O senso de comunidade e cooperação é um dos pilares mais fortes desses pequenos negócios. Eles se organizam em grupos, constroem redes de apoio mútuo e se fortalecem coletivamente. A gestão comunitária e a solidariedade são práticas vivas nos territórios, garantindo uma renda coletiva e de proteção social que transcende o mercado.

A inovação nos processos e na eficiência produtiva também é uma marca desses empreendedores. Muitos têm adotado práticas sustentáveis por iniciativa própria, como a transição para sistemas agroflorestais com espécies nativas, o reuso de água e a destinação correta de resíduos, mesmo enfrentando custos elevados. A busca por parceiros e soluções colaborativas reforça o protagonismo desses negócios na construção de uma economia mais verde e resiliente.

Para transformar essas práticas em políticas globais, o Sebrae se coloca à disposição para a criação de uma coalizão do Sul Global, dedicada a implementar as proposições apresentadas neste documento. Juntos, podemos posicionar os países tropicais como referência em justiça climática e inclusão produtiva, garantindo que a economia verde seja também uma economia de oportunidades para todos.

AGRADECIMENTOS

São Paulo:

Entrevistados: Rogéria Rosa Xerxeneusky (Proprietária da XCraftBeer em São Paulo/SP) e Adair Pereira Dias (Produtor Rural em Engenheiro Marsilac, Grande São Paulo/SP)

Equipe Sebrae/SP: Luis Rogerio Nascimento Muniz; Fernanda Sousa de Oliveira; Roberto de Albuquerque; Vanessa Arduina Lima

Rondônia:

Entrevistados: Heliton Tinhawamba Gavião (Cacique da Aldeia Ikolen Gavião em Ji-Paraná/RO); Manuel Batista Dantas (Presidente da Colônia de Pescadores Z-09 de Ji-Paraná/RO); Shirlei Arara (Liderança do Pouo Karo/Arara de Ji-Paraná/RO); Célio Nakyt Arara (Pouo Karo/Arara de Ji-Paraná/RO); Tereza Assunção de Oliveira (Quilombo de Jesus de São Miguel do Guaporé/RO); Janete Vitor Marques Staffoti (Barcas Restaurante em Costa Marques/RO); Nucicleide da Paz Pinheiro (Comunidade Quilombola do Distrito Forte Príncipe da Beira em Costa Marques/RO); Helionice de Moura (Espaço Ecológico e Recreativo Gaia Amiga em Rolim de Moura/RO).

Equipe Sebrae/RO: Sirlei Cruz da Silva; Liomar (Liáh) Sabino Souza; Dayan Caval-

cante Saldanha; Valdinei Wilson Costa de Oliveira; Maria Tereza de Oliveira Marango; Denis Pinto de Farias.

Parceiro: Cassiano Sidon

Rio Grande do Sul:

Entrevistada: Camila da Conceição (Sócia da Padaria e Confeitaria Delicias em São Leopoldo/RS)

Equipe Sebrae/RS: Fernanda Camila Dall'Agnol; Liane Beatriz Portantiolo Klein; Gerência Regional de São Leopoldo/RS

Sergipe:

Entrevistados: Flor Martins (Denilma Conceição Santos) – Proprietária da Flor Fuxiqueira no Pouoado do Crasto/SE; Denison da Anunciação Santos (Coordenador do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Pouoado de Rua da Palha/SE); Tamires Nunes Menezes Santos (Vem da Pedra – Negócio Social do Pouoado Pedra Furada/SE); Maria Raimunda Salvador (Marisqueira do Pouoado de Rua da Palha/SE); Edileide Pereira dos Santos (Produtora Rural do Pouoado de Areia Branca/SE); Anatália Costa Neta (Líder do Grupo de Mulheres Empoderadas e Proprietária do Mc Wilson no Pouoado de Terra Caiada/Indiaroba/SE); Ana Elisia Pereira Costa (Presidente da Associação pela Cidadania

dos Moradores e Pescadores de Terra Caída/Indiaroba/SE); Ginaldo Custódio Lessa (Líder Comunitário em Terra Caída/Indiaroba/SE).

Equipe Sebrae/SE: Marianita Mendonça B Souza; Bruna Gabrielle Silua Cardoso; Vera Lúcia Silua Cardoso; Helenilson de Jesus Oliveira.

Goiás:

Entrevistados: Sirilo Santos Rosa (Líder da Comunidade Kalunga Engenho II do Município de Cauvante/GO); Dominga Natália Moreira dos Santos Rosa (Empreendedora e Gestora na Comunidade Kalunga Engenho II do Município de Cauvante/GO); Jorge Moreira de Oliveira (Guia Turístico da Comunidade Kalunga Engenho II do Município de Cauvante/GO); Maria Soledad Ramirez Cardenil (Proprietária da Aracê Ceruejaria Artesanal no Município de Cauvante/GO); Maria Conceição Moura Gomes (Proprietária do Restaurante Dona Conceição no Quilombo Pouado Moinho em Alto Paraíso de Goiás/GO); Lucas Luiz Gomes (Presidente da Associação Quilombo Pouado do Moinho em Alto Paraíso de Goiás/GO); Lucas de Moraes Marinho Oliveira (Produtor Cultural e Cantor do Quilombo Pouado do Moinho em Alto Paraíso de Goiás/GO);

Equipe Sebrae/GO: Cléber Chagas; Elaine Maria de Moura Souza.

Catadores:

Entrevistados: Sarah Ferreira dos Reis (Presidente da Cooperativa de Trabalho

dos Catadores de Materiais Recicláveis das Aguas Lindas – COOTARAL de Belém/PA); Antônio da Graça Mendes Araújo (Presidente da Coopresl - Cooperativa de Reciclagem de São Luis de São Luis/MA)

Especialistas consultados:

Juliano Bueno, Instituto Internacional Arayara

Giovanna Coelho, Pesquisadora de Gênero, Raça e Clima

Adriana Pinheiro, Observatório do Clima Elimar Nascimento, Universidade de Brasília

Keyuan Macedo, Head de ESG

Carol Freitas, NOUS

Daniel Mira, NOUS

Vinicius Lages, Sebrae Nacional

Raíssa Rossiter, Sebrae Nacional

Realização Unidade de Políticas Públicas

Fausto Ricardo Keske Cassemiro

Mariana Aluarenga Eghrari Pereira

Mateus Feitosa Andrade

Pedro Pessoa

Apoio: Prof. Dr. Daniel Vargas, FGV/SP

Agradecimentos Equipe Sebrae/NA

Carolina Guedes Camelo de Jorge

Kennyston Costa Lago

Ana Paula da Matta Garcia

Juarez de Paula

Giovanni Beuilaqua

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANDRADE, Débora; IBARRA, María Cristina. Aproximações em Design para além do Racionalismo: tecendo caminhos para o pluriuerso. *Estudos em Design*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 155-169, 2021.

BARBIER, Edward; MARKANDYA, Anil. *A New Blueprint for a Green Economy*. 2021.

BARBOSA, Rúbia Carla Formiga et al. Environmental racism in Brazil: The struggle of traditional peoples and communities. *Sustainability*, 2023.

BINA, Olivia; INCH, Andy; PEREIRA, Laura. Beyond techno-managerialism: Green transitions, the limits of the uniuersal and the necessity of difference. *Enviornment and Planning E: Nature and Space*, v.4(4), 2021.

BOMFIM, Paulo; DINIZ, Fernando. A Methodology to Analyze Sustainable Development: Towards a Comprehensive Approach. 2018.

BROWNE, A. L.; BUXTON, M.; CROESE, S.; DU TOIT, J.; et al. A Framework for Developing Environmental Justice Indicators: With an Application to Urban Planning. 2022.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2018. 152 p. (Coleção Governo e Políticas Públicas). ISBN 978-85-256-0080-6. Disponível em: <https://repositorio.enap.gou.br/handle/1/3332>.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *BIB – Reivista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 61, p. 25–52, jan. 2006. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/291>.

ESCOLAR, Arturo. *Designs for the Pluri-verse – crítica à modernidade única*. 2018.

HATANAKA, Maki. Standardizing sustainable development? The governance of sustainability through transnational standards and certification. *Environmental Sociology*, v.6, n.4, 2020.

KRAMARZ, Teresa; MOMTAZ, Derya. The Global North-South Diuide and Environmental Standards. *Environmental Politics*.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, jun. 2017.

MURADIAN, R.; PASCUAL, U. A typology of elementary forms of human–nature relations. Ecological Economics, v.146, 2018.

OECD. Green Growth Indicators.

RAWORTH, Kate. Doughnut Economics. 2017.

SACHS, Jeffrey. The Age of Sustainable Development. 2015.

SCHLOSSBERG, David; COLLINS, Lisette B. From environmental to climate justice. WIRES Climate Change, 2014.

UNEP. Green Economy Report: Opportunities and Challenges. 2022.

VARGAS, Daniel et al. Transição Verde: Bioeconomia e Conversão do Verde em Valor. FGV, 2024. Disponível em: [https://agro.fgu.br/sites/default/files/2023/08/Transicao%20Verde%20bioeconomia%20e%20convers%C3%A3o%20do%20verde%20em%20valor_estudo%20completo%20\(1\).pdf](https://agro.fgu.br/sites/default/files/2023/08/Transicao%20Verde%20bioeconomia%20e%20convers%C3%A3o%20do%20verde%20em%20valor_estudo%20completo%20(1).pdf)

VARGAS, Daniel. A Luta pelo Verde na Era do Mercado de Carbono. FGV, 2023. Disponível em: https://agro.fgu.br/sites/default/files/2024/04/eesp_relatorio_verde_digital -v1.pdf

ANEXO



A PERCEPÇÃO SOBRE OS IMPACTOS DAS CRISES CLIMÁTICAS NOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Pesquisa qualitativa com empreendedores das cinco regiões brasileiras com objetivo de compreender os impactos das mudanças climáticas no seu cotidiano e identificar estratégias de mitigação e adaptação.

Principais impactos por região

REGIÃO	PRINCIPAL IMPACTO	CONSEQUÊNCIA IMEDIATA
Norte	Colapso do ciclo da água	Seca de rios, queda na produção extrativista
Nordeste	Escassez hídrica + Poluição	Crise na pesca e mariscagem
Centro-Oeste	Secagem progressiva	Inviabilidade da agricultura tradicional
Sul	Chuvas extremas	Enchentes destrutivas e perdas materiais
Sudeste	Tempestades + Calor	Paralisação de infraestrutura e produção

REGIÃO	PRINCIPAL IMPACTO	CONSEQUÊNCIA IMEDIATA
Norte	Seca dos rios	Diversificação econômica e busca por apoio externo
Nordeste	Escassez de pescado	Turismo comunitário e organização cooperativista
Centro-Oeste	Secagem do Cerrado	Gestão comunitária e solidariedade
Sul	Enchentes	Reestruturação com apoio institucional
Sudeste	Efeitos extremos urbanos	Inovação em processos e eficiência

Principais impactos por região Adaptação:

análise do papel das políticas públicas na adaptação climática dos pequenos negócios.

CATEGORIA DE IMPACTO

EXPLICAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO RELATADAS

Econômicos



Perda de renda, diminuição de vendas, aumento de custos com reparos e adaptações. Estratégias: diversificação de produtos (ex.: artesanato com resíduos), busca por crédito emergencial, migração para vendas online, redução de estoques para minimizar perdas.

Operacionais



Interrupção de atividades, danos a equipamentos, dificuldades logísticas. Estratégias: alteração de horários de trabalho para evitar calor extremo, realocação para áreas menos vulneráveis, uso de lona e EPIs, reconstrução de infraestrutura com recursos próprios.

Saúde Física



Doenças relacionadas a condições climáticas (leptospirose, desidratação, problemas respiratórios). Estratégias: uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), hidratação constante, evitar exposição prolongada ao sol ou chuva.

Saúde Mental



Ansiedade, estresse, trauma pós-desastre, medo crônico de novos eventos. Estratégias: apoio comunitário, busca por redes de cooperação, reinvenção dos negócios como forma de resiliência psicológica.

Ambientais



Alteração de ecossistemas, escassez de recursos naturais (água, matéria-prima), perda de biodiversidade. Estratégias: reflorestamento, recuperação de nascentes, uso sustentável de recursos, diversificação de culturas e atividades menos dependentes do clima.

Mitigação: o papel das políticas públicas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas sobre os pequenos negócios.

CATEGORIA DE IMPACTO

Econômicos



PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os entrevistados relatam perdas financeiras diretas devido a eventos climáticos, como queda nas vendas, destruição de estoques e aumento de custos. Políticas públicas são demandadas para oferecer crédito emergencial acessível, subsídios para reconstrução e isenções fiscais temporárias.

Operacionais



Interrupção de atividades, danos à infraestrutura e dificuldades logísticas são frequentes. Há cobrança por investimentos em infraestrutura resiliente (galpões, drenagem, sistemas de alerta), acesso a tecnologias adaptativas e logística de apoio pós-desastres.

Saúde Física



Doenças relacionadas a condições climáticas (leptospirose, desidratação, problemas respiratórios) são comuns. Políticas públicas devem garantir acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs), campanhas de prevenção e atendimento médico gratuito em áreas afetadas.

Saúde Mental



Ansiedade, estresse e trauma pós-desastre são amplamente relatados. É urgente a implementação de programas de assistência psicológica, suporte comunitário e capacitação de profissionais de saúde para atuar em contextos de crise climática.

Ambientais



Degradação de ecossistemas, escassez de recursos e perda de biodiversidade afetam diretamente os meios de vida. Políticas devem incluir recuperação de nascentes, reflorestamento, fiscalização ambiental e incentivos à economia circular (ex.: reaproveitamento de resíduos).

SOLUÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Contratação de cooperativas para coleta seletiva, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para preservação de biomas.

Crédito para atividades sustentáveis (agrofloresta, turismo comunitário). Subsídios para diversificação de renda.



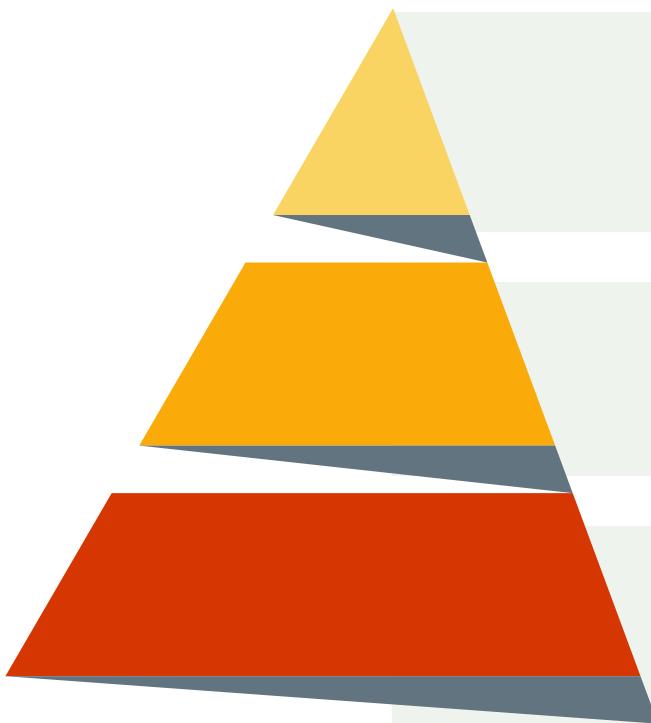
Invertir em galpões adaptados, sistemas de alerta precoce e água potável.

Ampliação de programas especializados em adaptação climática e informação acessível.

Os pequenos negócios demandam ações antecipatórias e estruturais que:

- PROTEJAM COM INFRAESTRUTURA E DIREITOS TERRITORIAIS
- REMUNEREM SERVIÇOS AMBIENTAIS (RECICLAGEM, PRESERVAÇÃO)
- FOMENTEM TRANSIÇÕES PARA ECONOMIAS SUSTENTÁVEIS
- FORTALEÇAM CAPACITAÇÃO E ACESSO A MERCADOS

AS POLÍTICAS PRECISAM TER 3 EIXOS:



ARTICULADOR:

Mediar conflitos e integrar ações entre governos e comunidades.

FISCALIZADOR:

Aplicar leis ambientais com rigor e combater crimes.

FACILITADOR:

Simplificar acesso a direitos, crédito e políticas para pequenos negócios.



NOVEMBRO 2025

